

São Paulo, 09 de março de 2026.

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá

Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 em seu artigo 25 que traz a obrigação aos dirigentes e membros do conselho deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente deliberativo, pautar suas ações pela sustentabilidade de longo prazo do regime.

De forma mais detalhada em seu art. 64, conforme abaixo:

A viabilidade financeira, fiscal e orçamentária é conduzida com base em informações detalhadas sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal do ente federativo. Esses dados fornecem uma visão clara da capacidade de o ente cumprir com os aportes necessários ao plano de custeio suplementar, sem comprometer o equilíbrio fiscal ou gerar impactos excessivos em seu orçamento.

A Receita Corrente Líquida é utilizada para calcular o percentual das receitas que será destinado ao pagamento das contribuições suplementares, assegurando que os compromissos previdenciários estejam em sintonia com as receitas disponíveis. A Despesa Total com Pessoal é analisada para verificar se a execução do plano respeita os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando que o custeio suplementar coloque em risco a gestão fiscal do ente.

Dessa forma, a avaliação atuarial incorpora essa análise obrigatória para garantir que o plano de custeio suplementar seja economicamente viável, tanto no curto quanto no longo prazo, resguardando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência próprio.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e à Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao confronto dessas informações com o plano de custeio apresentado no item **9.2**. Verificou-se que o plano atende ao Limite Máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período analisado.

É importante destacar a distinção estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto à forma de amortização do déficit atuarial. A LRF define que aportes em valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são considerados recursos vinculados ao RPPS e não configuram despesa com pessoal para fins de observância dos limites fiscais. Em contraste, a amortização do déficit realizada por meio de alíquotas aplicadas sobre a folha de pagamento é classificada como encargo social e, portanto, computada como despesa com pessoal, sujeita aos limites impostos pela LRF.

Os aportes em valores preestabelecidos devem ser administrados e contabilizados de forma segregada, permanecendo aplicados por um período mínimo de 5 anos antes de serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários.

No que diz respeito à capacidade do ente federativo de suportar o ônus do plano de amortização, deve-se enfatizar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor sobre variáveis específicas da administração municipal, as quais estão além do escopo da avaliação atuarial. Esta última se concentra em retratar um momento específico, capturando os valores dos ativos garantidores e calculando as provisões matemáticas com base em dados cadastrais de um determinado período. A avaliação utiliza hipóteses e premissas predefinidas para projetar o tamanho do compromisso futuro com cada segurado, trazendo esse compromisso para o presente mediante o uso de novas hipóteses e taxas de desconto. O objetivo é fornecer ao RPPS uma estimativa clara de sua responsabilidade e sugerir abordagens adequadas para o tratamento dessa obrigação.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	131.135.324,91
Pessoal Ativo	117.296.330,35
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.838.994,56
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.241.125,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.208.702,95
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	38.090,87
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.838.994,56
	3.155.337,34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	111.894.199,19
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	111.894.199,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	294.753.076,43
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,0%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,6%

01 - Histórico

Ente:	SANTA MARIA DE JETIBÁ
Ano base da Avaliação	2026
Data Base:	31/12/2025
Data Cálculo:	31/12/2025

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2025)		17.086.426,51
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2025)		15.022.545,18
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	94.807.772,68	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		82.656.608,46
Resultado Atuarial		-40.293.928,33
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6,88%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	5,52%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2015	93.205.675,79	42.474.527,77	10,67%	82,35%	153.576.817,18	69.986.111,15		
2016	100.479.454,05	46.583.212,02	6,29%	64,77%	155.764.384,28	72.213.821,29	1,42%	3,18%
2017	103.538.725,97	48.029.364,75	2,95%	55,02%	155.907.627,16	72.322.159,87	0,09%	0,15%
2018	121.887.139,49	55.134.191,59	3,75%	50,58%	176.902.644,27	80.019.798,01	13,47%	10,64%
2019	145.085.833,11	75.716.477,38	4,31%	45,14%	201.871.728,75	105.351.541,61	14,11%	31,66%
2020	157.744.207,27	75.843.034,78	4,52%	39,14%	209.992.852,59	100.964.057,56	4,02%	-4,16%
2021	169.822.948,78	88.560.229,61	10,06%	33,12%	205.408.287,75	107.117.472,98	-2,18%	6,09%
2022	190.832.823,98	110.134.921,45	5,78%	20,95%	218.208.216,27	125.934.020,45	6,23%	17,57%
2023	217.066.348,38	108.581.212,62	4,62%	14,35%	237.244.310,82	118.674.659,38	8,72%	-5,76%
2024	255.753.476,69	96.939.127,20	4,83%	9,30%	266.648.574,80	101.068.734,02	12,39%	-14,84%
2025	294.753.076,43	111.894.199,19	4,26%	4,26%	294.753.076,43	111.894.199,19	10,54%	10,71%

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

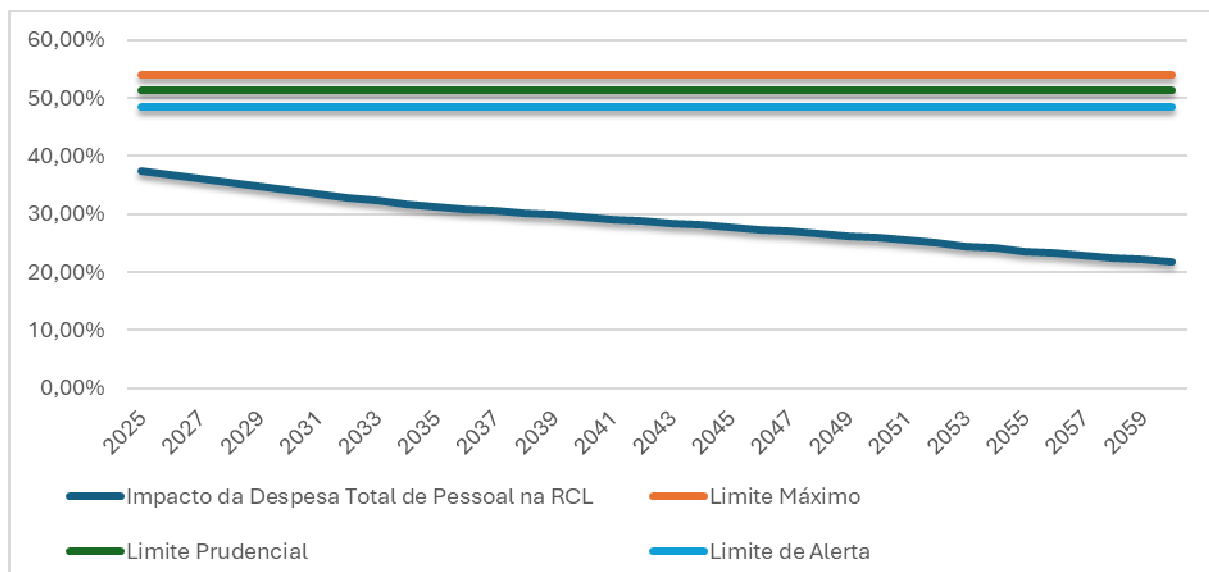
Ente: SANTA MARIA DE JETIBÁ

Impacto do déficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

14,37%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139901)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2025	0	294.753.076,43	94.807.772,68	53.903.333,73	13.838.994,56	9.271.373,40	6.363.107,41	-	-	7.786.668,06	110.442.253,49	146.689.947,27
2026	1	315.039.828,95	100.045.041,84	54.442.367,07	17.220.112,07	9.364.087,14	6.363.107,41	-	-	5.476.613,46	115.772.236,39	160.429.943,17
2027	2	336.722.842,81	105.571.622,60	54.986.790,74	17.728.739,79	9.457.728,01	6.363.107,41	-	-	5.134.052,77	121.392.458,01	174.577.728,36
2028	3	359.898.217,47	111.403.496,79	55.536.658,65	18.134.966,10	9.552.305,29	6.363.107,41	-	-	4.895.554,17	127.318.909,49	189.262.792,98
2029	4	384.668.666,54	117.557.529,12	56.092.025,23	18.935.021,96	9.647.828,34	6.363.107,41	-	-	4.264.903,28	133.568.464,87	204.111.853,29
2030	5	411.143.973,04	124.051.151,89	56.652.945,49	19.522.188,58	9.744.306,62	6.363.107,41	-	-	3.848.835,70	140.158.929,93	219.354.494,78
2031	6	439.441.475,92	130.904.236,51	57.219.474,94	20.399.028,89	9.841.749,69	6.363.107,41	-	-	3.144.805,40	147.109.093,61	234.716.557,62
2032	7	469.686.590,16	138.135.507,75	57.791.669,69	21.388.323,56	9.940.167,19	6.363.107,41	-	-	2.330.048,86	154.438.782,35	250.090.857,97
2033	8	502.013.362,55	145.766.241,12	58.369.586,39	22.184.460,30	10.039.568,86	6.363.107,41	-	-	1.710.195,62	162.168.917,39	265.678.364,95
2034	9	536.565.065,86	153.818.503,27	58.953.282,25	22.803.713,74	10.139.964,55	6.363.107,41	-	-	1.268.988,52	170.321.575,23	281.674.454,58
2035	10	573.494.833,76	162.315.579,83	59.542.815,07	24.267.950,23	10.241.364,19	6.363.107,41	-	-	(15.421,16)	178.935.472,60	297.235.204,36
2036	11	612.966.339,55	171.282.042,77	60.138.243,23	25.632.940,74	10.343.777,83	6.363.107,41	-	-	(1.198.786,60)	189.187.714,62	312.440.378,10
2037	12	655.154.521,54	180.743.821,43	60.739.625,66	27.579.722,86	10.447.215,61	6.363.107,41	-	-	(2.962.127,41)	200.516.271,86	326.674.300,78
2038	13	700.264.358,41	190.728.277,50	61.347.021,91	29.081.969,02	10.551.687,77	6.363.107,41	-	-	(2.192.170,52)	211.922.170,52	340.341.974,72
2039	14	748.441.697,86	201.264.284,17	61.960.492,13	31.035.017,13	10.657.204,65	6.363.107,41	-	-	(6.045.017,46)	224.329.613,69	352.950.723,74
2040	15	799.954.142,38	212.382.309,61	62.580.097,05	32.235.416,02	10.763.776,69	6.363.107,41	-	-	(7.056.416,57)	236.565.610,28	365.217.372,27
2041	16	855.011.995,92	224.114.505,07	63.205.898,03	33.161.438,05	10.871.414,46	6.363.107,41	-	-	(7.791.548,82)	249.140.575,76	377.406.907,81
2042	17	913.859.275,71	236.494.797,87	63.837.957,01	34.649.717,20	10.980.128,60	6.363.107,41	-	-	(9.087.029,30)	262.925.063,18	388.939.224,15
2043	18	978.756.793,82	249.558.989,51	64.476.336,58	36.236.995,59	11.089.929,89	6.363.107,41	-	-	(10.479.581,03)	277.491.607,84	399.678.221,80
2044	19	1.043.983.312,99	263.344.859,19	65.121.099,94	38.131.849,88	11.200.829,19	6.363.107,41	-	-	(12.177.761,40)	293.086.557,19	409.265.950,96
2045	20	1.115.836.782,20	277.892.273,08	65.772.310,94	39.949.143,43	11.312.837,48	6.363.107,41	-	-	(13.796.414,28)	309.364.632,26	417.720.472,91
2046	21	1.192.635.657,12	293.243.299,59	66.430.034,05	41.479.882,65	11.425.965,86	6.363.107,41	-	-	(15.126.526,43)	326.158.899,29	425.275.640,17
2047	22	1.274.720.311,55	309.442.331,01	67.094.334,39	43.492.898,11	11.540.225,52	6.363.107,41	-	-	(16.936.908,56)	344.282.572,50	431.388.168,99
2048	23	1.362.454.545,91	326.536.211,94	67.765.277,73	45.259.032,92	11.655.627,77	6.363.107,41	-	-	(18.498.383,69)	363.053.330,81	436.234.070,74
2049	24	1.456.227.199,70	344.574.374,67	68.442.930,51	46.404.220,09	11.772.184,05	6.363.107,41	-	-	(19.436.864,59)	382.146.530,72	440.383.520,95
2050	25	1.556.453.874,74	363.608.982,22	69.127.359,82	48.330.499,11	11.889.905,89	6.363.107,41	-	-	(21.154.370,28)	403.016.365,80	442.997.441,04
2051	26	1.663.578.777,19	383.695.079,11	69.818.633,42	49.295.720,09	12.008.804,95	6.363.107,41	-	-	(21.908.730,19)	423.975.721,66	444.980.692,96
2052	27	1.778.076.686,26	404.890.750,60	70.516.819,75	50.708.724,99	12.128.893,00	6.363.107,41	-	-	(23.108.765,41)	446.491.516,42	445.840.402,51
2053	28	1.900.455.058,44	427.257.290,61	71.221.987,95	51.802.563,07	12.250.181,93	1.839.000,00	-	-	(23.987.504,11)	465.333.976,65	445.844.618,16
2054	29	2.031.256.276,56	450.859.379,00	71.934.207,83	52.384.581,46	12.372.683,75	1.839.000,00	-	-	(24.352.272,14)	489.423.334,89	445.474.213,08
2055	30	2.171.060.053,60	475.765.268,62	73.680.549,90	52.453.571,22	12.496.410,58	-	-	-	(24.201.539,03)	512.463.218,23	445.238.225,49
2056	31	2.320.486.002,05	502.046.982,63	73.380.085,40	52.524.212,32	12.621.374,69	-	-	-	(24.050.863,03)	538.719.220,35	445.144.029,97
2057	32	2.480.196.380,01	529.780.522,87	74.113.886,26	52.639.375,92	12.747.588,44	-	-	-	(23.942.193,36)	566.470.304,66	445.156.299,82
2058	33	2.650.899.026,32	559.046.089,56	74.855.025,12	53.176.003,18	12.875.064,32	-	-	-	(24.252.749,01)	596.173.902,88	444.850.105,69
2059	34	2.833.350.497,71	589.928.313,24	75.603.575,37	53.368.383,02	13.003.814,96	-	-	-	(24.216.796,53)	627.148.924,74	444.563.925,38
2060	35	3.028.359.421,92	622.516.499,57	76.359.611,12	53.308.133,54	13.133.853,11	-	-	-	(23.925.931,41)	659.576.284,09	444.560.827,25

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2025	0	37,47%	-26,96%	
2026	1	36,75%	-28,37%	9,37%
2027	2	36,05%	-29,72%	8,82%
2028	3	35,38%	-31,04%	8,41%
2029	4	34,72%	-32,31%	7,85%
2030	5	34,09%	-33,55%	7,47%
2031	6	33,48%	-34,74%	7,00%
2032	7	32,88%	-35,90%	6,55%
2033	8	32,30%	-37,03%	6,23%
2034	9	31,74%	-38,12%	6,02%
2035	10	31,20%	-39,18%	5,52%
2036	11	30,86%	-39,84%	5,12%
2037	12	30,61%	-40,34%	4,56%
2038	13	30,26%	-41,01%	4,18%
2039	14	29,97%	-41,57%	3,70%
2040	15	29,57%	-42,35%	3,48%
2041	16	29,14%	-43,20%	3,34%
2042	17	28,77%	-43,92%	3,06%
2043	18	28,41%	-44,62%	2,76%
2044	19	28,07%	-45,28%	2,40%
2045	20	27,72%	-45,96%	2,07%
2046	21	27,35%	-46,69%	1,81%
2047	22	27,01%	-47,35%	1,44%
2048	23	26,65%	-48,06%	1,12%
2049	24	26,24%	-48,85%	0,95%
2050	25	25,89%	-49,53%	0,59%
2051	26	25,49%	-50,32%	0,45%
2052	27	25,11%	-51,05%	0,19%
2053	28	24,49%	-52,27%	0,00%
2054	29	24,09%	-53,03%	-0,08%
2055	30	23,60%	-53,99%	-0,05%
2056	31	23,22%	-54,75%	-0,02%
2057	32	22,84%	-55,48%	0,00%
2058	33	22,49%	-56,16%	-0,07%
2059	34	22,13%	-56,85%	-0,06%
2060	35	21,78%	-57,54%	0,00%



Importante mencionar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos, e não por incidência de alíquota, configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.

Diante desse cenário, manifestamos nosso entendimento quanto à adequação do plano de custeio em vigor, considerando a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, bem como os recursos técnicos atuariais disponíveis. Reiteramos, contudo, a complexidade gerada pela manipulação de incertezas inerentes aos dados, premissas, estimativas e projeções, cujos impactos são imprevisíveis. Esses fatores influenciam diretamente as decisões a serem tomadas pelos poderes municipais, que enfrentam variáveis dinâmicas relacionadas à arrecadação, gestão de pessoal, dissídios coletivos e outras componentes que vão além do alcance de um estudo atuarial, posicionado em uma data fixa e limitada no contexto da intrincada administração pública.

Atenciosamente,



Escritório Técnico Atuarial
Richard Mendes Dutzmann
Sócio - Diretor